

Clipping 19.05.2008

O menor efetivo da Brigada em 23 anos.....	1
Onde estão os PMs de Porto Alegre?.....	2
Câmara proíbe nariz de palhaço em galerias	2
Justiça ao alcance de todos, por Cristiano Heerdt*	3
New York Times indaga de quem é a floresta	4
DENISE NUNES - EM ALGUNS SETORES, A GREVE VEIO A CALHAR	4
Carteira do Trabalho: exposição no TRT.....	4
Lucro de empresas avança, mas inflação já é ameaça	4
Associação quer espiritualizar o Judiciário	5
Permanência de crucifixo nos tribunais brasileiros já foi motivo de polêmica	6
Metroviários ameaçam greve a partir da semana que vem.....	7
Ford paga antecipação de PLR a 5 mil funcionários	7
28 de maio de 2008: dia de luta pela redução da jornada	8
Cartel de seis transnacionais controlam o mercado de alimentos no mundo.....	9
Mulheres atuam 18 h em casa por semana; os homens, 5 h	10
MPs reajustam salários de 800 mil servidores	11
Estado está ausente em região que desmata.....	12

O menor efetivo da Brigada em 23 anos

Policimento carente

O Rock in Rio era o show do ano no Brasil, a morte do presidente Tancredo Neves traumatizava o país e o sonho de consumo dos brasileiros era a Santana Quantum, lançamento da Volkswagen. Já se passaram 23 anos desses acontecimentos e pelo menos um fato não mudou: o efetivo da Brigada Militar.

Em 1985, a tropa tinha 22 mil policiais na ativa, praticamente o mesmo número registrado em 2008. O contingente atual é igual ao de quando o Estado tinha somente 243 municípios e uma população com 2 milhões de habitantes a menos.

A corporação, criada durante a Revolução Farroupilha, poucas vezes viveu uma crise tão profunda. A defasagem, hoje, chega a mais de 11,2 mil PMs, o que corresponde a 33,7% de vagas não preenchidas. Falta, em média, um PM para cada dois na ativa. Esse vácuo é evidente nas ruas e foi conferido por Zero Hora, em um teste realizado, por dois dias, na semana passada (veja o teste completo na página ao lado).

Existe um policial para cada 478 pessoas no Rio Grande do Sul, enquanto o previsto pela Brigada Militar é de um para cada 389 habitantes.

A realidade é ainda mais severa se levada em conta a estimativa do próprio secretário de Segurança Pública do Estado, José Francisco Mallmann.

- Dentro do nosso plano está prevista a recomposição da Brigada e a necessidade atual é de, pelo menos, 44 mil policiais - revela.

Mais de 760 aprovados em concurso não foram chamados

Pela projeção do governo estadual, o déficit chegaria a 22 mil agentes, exatamente o número do efetivo atual. O presidente da Associação Beneficente de Cabos e Soldados da BM, Leonel Lucas, aponta, ainda, que parte deste total não tem como função o policiamento:

- Entre esses 22 mil policiais militares, têm pelo menos 3 mil bombeiros, mais uma parte trabalhando no setor administrativo, além das licenças - descreve.

O dirigente reclama que 768 pessoas foram aprovadas no último concurso e continuam à espera de

convocação. O prazo de validade da seleção termina no dia 1º de junho.

- Nunca vi a Academia da Brigada tão vazia. Nesta terça-feira (amanhã), vamos fazer um protesto, em frente ao Palácio Piratini, exigindo que a governadora chame esse pessoal. A situação é calamitosa. Hoje, tem praticamente meio policial para cobrir quadras e mais quadras - lamenta ele. Leonel Lucas lembra ainda que, quando entrou na corporação, em 1990, o efetivo da BM contava com 25 mil policiais na ativa. ZERO HORA

Onde estão os PMs de Porto Alegre?

A Brigada Militar sumiu da Capital. Nos dias 13 e 14 de maio, à noite e à tarde, a reportagem de Zero Hora percorreu um trajeto de 35 quilômetros pelas principais vias da cidade para conferir o policiamento. O resultado evidencia o que grande parte da população já percebe no dia-a-dia: Porto Alegre está desprotegida. Apenas quatro PMs a pé e cinco viaturas foram encontrados.

Entre as 23h de terça-feira e a 1h de quarta - na primeira fase do teste - a Brigada atendeu 57 ocorrências. Grande parte envolvendo furto em veículos e perturbações da ordem, como pequenas brigas. Já entre 16h e 18h de quarta - na segunda etapa - , 59 casos foram registrados, com destaque para roubos e recuperações de veículos.

O déficit do efetivo é apontado pelo titular do Comando de Policiamento da Capital, coronel Jarbas Vanin, como a principal causa do vazio encontrado na Capital.

- Temos menos da metade do pessoal necessário. A maioria trabalha 50 horas por semana, desdobrando-se para cobrir tudo - lamenta, explicando que o grande número de ocorrências toma praticamente todo o tempo das guarnições. ZERO HORA

Câmara proíbe nariz de palhaço em galerias

Jornalista usou acessório em protesto contra vereador em Estrela

Uma resolução aprovada pelos vereadores de Estrela na semana passada proíbe o porte de objetos, cartazes e roupas considerados ofensivos a parlamentares e servidores.

Quem descumprir a determinação durante as sessões, às segundas-feiras, será retirado pelos guardas da Casa.

A medida foi adotada depois de o jornalista Paulo Roberto Pochmann Quevedo, 50 anos, portar um nariz de palhaço e um carrinho de brinquedo nas galerias da Câmara em protesto contra o vereador Paulo Floriano Scheeren (PPS). Segundo o jornalista, o parlamentar usou uma viatura da Brigada Militar (BM) com a sirene ligada.

Os protestos de Quevedo se iniciaram em junho de 2007, quando Scheeren, então presidente da Casa, consertava gratuitamente viaturas da BM em sua oficina mecânica, e se prolongaram até abril deste ano. O jornalista relata que, numa sexta-feira, o vereador estacionou uma viatura em frente a um bar, ligou a sirene e deu voz de prisão a quem estava no local.

O vereador se defende:

- Tinha feito o conserto e saí para testar a viatura. Liguei a sirene para fazer uma brincadeira com amigos.

Inquérito da BM conclui que vereador não cometeu crime

Assim que soube do comportamento do vereador, o tenente-coronel Antônio Scussel, chefe do Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO), ordenou o recolhimento da viatura e instaurou um inquérito policial-militar (IPM) para apurar responsabilidades pelo fato. Segundo o tenente-coronel, o IPM concluiu que não há lei que puna como crime a atitude do parlamentar, autorizado pela BM a dirigir o veículo. O vereador não conserta mais as viaturas da polícia.

Ao tomar conhecimento do projeto, Quevedo criticou:

- Nem nos piores anos de ditadura vi esse tipo de manobra política. Eles estão legislando em causa própria e indo contra a liberdade de expressão - considerou o jornalista, que usava o nariz durante as

manifestações do parlamentar.

Para Scheeren, a atitude de Quevedo provocou mal-estar:

- Quando eu me dirigia à tribuna, o jornalista começava a rir. Era falta de respeito. ZERO HORA

Para professor, projeto fere Constituição

Na interpretação do professor de Direito do Estado na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Wambert Di Lorenzo, o projeto de resolução da Câmara de Vereadores de Estrela fere o artigo 5º da Constituição Federal.

- O que está acontecendo é uma barbaridade. É livre a manifestação de pensamento. Ela só pode ser impedida se comprometer a ordem pública ou fizer apologia ao crime, o que não é o caso. O que o vereador ofendido poderia fazer seria buscar uma reparação na Justiça - explica Di Lorenzo.

Cabe ao procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, questionar perante o Tribunal de Justiça a constitucionalidade de atos normativos que contrariem a Constituição. Entretanto, o caso só será examinado se houver alguma reclamação ao Ministério Público. Até sexta-feira não havia nenhuma manifestação. ZERO HORA

Artigo

Justiça ao alcance de todos, por Cristiano Heerdt*

Neste dia tão especial, 19 de maio, Dia do Defensor Público, é imprescindível que relembremos alguns dos conceitos e preceitos de uma verdadeira justiça social, sob uma visão especialmente humanista, voltada para o bem comum, que justifica a existência e fundamenta a atuação da Defensoria Pública, com instituição genuinamente democrática.

Hoje, em nosso país, vivemos a plenitude do Estado democrático de direito, mas, apesar desta justa constatação, a verdade é que o regime democrático, previsto constitucionalmente, somente consegue materializar-se no âmbito social e adquirir significado e alcance social quando a cidadania é atendida e entendida na extensão plena de seus direitos e garantias, tais como estão inscritos e expressos na nossa Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Embora todos os cidadãos sejam iguais perante a lei, na melhor definição republicana e democrática de liberdade e igualdade entre os homens, este mandamento só pode ser inteiramente consubstanciado e garantido se a operacionalização da ação jurisdicional e da distribuição de justiça se der por inteiro, tal como está previsto na nossa Lei Maior.

Assim, a atuação positiva da Defensoria Pública, mediante a prestação de assistência judiciária gratuita ativa, reativa e preventiva, oferecida a todos os cidadãos pobres, carentes ou socialmente inferiorizados, vem a constituir-se num dos mais formidáveis instrumentos da ação do Estado democraticamente constituído. Estado que deve ter por desiderato a busca incessante pela promoção da paz com a harmonia entre os homens.

Não se pode entender o espírito de justiça no Brasil como exclusivamente a punição do cidadão pobre. A justiça deve estar ao alcance de todos. Este é o mister da Defensoria Pública: ajudar na promoção da justiça e na conquista de uma consciência individual e coletiva de cidadania, liberdade e participação. Assim, o genuíno e verdadeiro Estado democrático de direito, só pode ser alcançado através da plena e total democratização da justiça, pela proteção a cada cidadão, especialmente os mais carentes, em seus direitos e garantias individuais.

Consciente do papel fundamental da Defensoria Pública como instrumento constitucional destinado a garantir os direitos dos cidadãos menos favorecidos, como o acesso dessas pessoas à Justiça, promovendo a cidadania e a inclusão social, o Congresso Nacional promulgou, no âmbito da reforma do Judiciário, a Emenda Constitucional 45, de 2004, a qual outorgou plena autonomia administrativa, orçamentária e financeira para a Defensoria Pública. Não temos sido atendidos por sucessivos governos nas nossas justas pretensões, o que significa um desrespeito à autonomia da

instituição. Não esmoreceremos, no entanto, e continuaremos a lutar por nossos direitos na busca também e, principalmente, da valorização da carreira de defensor público.

*PRESIDENTE DA ADPERGS ZERO HORA

New York Times indaga de quem é a floresta

Com uma reportagem publicada na edição de ontem, o jornal The New York Times reaqueceu um antigo temor brasileiro: o de ver a Amazônia cuidada por outros países. Ao colocar em discussão a propriedade da região, o jornal afirma que há um coro de líderes internacionais defendendo a área como patrimônio não apenas dos países que dividem seu território.

O texto lembra, por exemplo, uma frase do ex-vice-presidente Al Gore em 1989: "Ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós". E cita outra do secretário Nacional de Justiça em que ele diz que "a Amazônia é nossa" e que "nós precisamos saber quem está indo lá e o que está indo fazer".

Como resposta ao medo brasileiro de ver a Amazônia invadida por estrangeiros, o artigo afirma que trata-se de "uma briga que deve se tornar mais complicada nos próximos anos, à luz de duas tendências conflituosas: uma demanda crescente por recursos energéticos e uma preocupação crescente com mudanças climáticas e poluição". ZERO HORA

DENISE NUNES - EM ALGUNS SETORES, A GREVE VEIO A CALHAR

Parece mentira, mas a greve dos fiscais da Receita Federal deixou alguns segmentos felizes. Os fabricantes de componentes de borracha, por exemplo, que tiveram mais encomendas pelo atraso na entrega dos similares importados. Segundo o presidente do Sinborsul, Geraldo Fonseca, com o dólar desvalorizado, as empresas compram cada vez mais componentes no exterior, até para tornar suas exportações mais competitivas. CORREIO DO POVO

Carteira do Trabalho: exposição no TRT

O Memorial da Justiça do Trabalho do RS, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, inaugura hoje a exposição 'Documento É Legal – A Carteira de Trabalho'. A solenidade ocorre às 18h30min, na sala de sessões do Tribunal Pleno (avenida Praia de Belas, 1100). Às 17h, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Márcio Pochmann, abordará 'A Carteira de Trabalho e a Formalização no Brasil: Dados Atuais'. CORREIO DO POVO

Lucro de empresas avança, mas inflação já é ameaça

Balancos de 200 companhias mostram que ganhos subiram 4% no 1º trimestre

Entre janeiro e março, lucros cresceram bem abaixo da receita líquida; no comércio, resultado caiu 10%, apesar de ingressos 17% maiores

FERNANDO CANZIAN

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar da elevação dos juros, o primeiro trimestre deste ano trouxe aumento real (acima da

inflação) de 10% na receita líquida e de 4% no lucro das 200 maiores empresas com ações negociadas na Bovespa. Mas a inflação já ameaça.

No primeiro trimestre, a construção foi o grande destaque: a receita aumentou 68%, e o lucro, 193%. Os setores de minerais não-metálicos, automóveis, telecomunicações e petróleo e gás também ficaram entre os mais lucrativos, segundo levantamento da Economática.

Os balanços revelam ainda que essas 200 empresas estão muito saudáveis: o lucro de um único trimestre equivale a 10% do seu endividamento total.

Isso significa que, mantido o ritmo, as empresas podem gerar em pouco mais de dois anos receitas suficientes para honrar todas as suas dívidas.

Alguns analistas acreditam, porém, que o período de janeiro a março tenha marcado um pico e que os resultados tendam a ser mais modestos ao longo do resto do ano.

Os balanços desse grupo de 200 empresas (que exclui Petrobras, Eletrobrás e Vale para não distorcer a amostra) já revelam que alguns setores começam a perder margens de lucratividade.

Uma das explicações seria o agravamento do processo inflacionário. Para não repassar novos custos aos preços e manter o volume de vendas, as empresas estariam encolhendo suas margens de lucro.

No comércio, por exemplo, embora a receita líquida tenha crescido 17%, o lucro das empresas analisadas caiu 10% na comparação com o primeiro trimestre de 2007.

No geral, a margem operacional (indicador de potencial de lucros) desse conjunto de 200 empresas também teve variação negativa, de 1,3 ponto percentual no período.

Para o empresário Roberto Teixeira da Costa, membro dos conselhos de administração de SulAmérica, BNDESPar e Itaú, "já há dúvidas" sobre a manutenção do desempenho da economia dos últimos meses para o restante do ano.

"A variável nova são os juros em alta e a inflação. Já não é mais o céu de brigadeiro de alguns meses atrás", diz Costa. Ele acredita também que o mercado de capitais e de emissões de títulos de empresas estará "bem mais seletivo" em 2008 do que foi em 2006/2007.

"Teremos um ano bom, com um ambiente de confiança puxando investimentos, mas em processo de acomodação daqui em diante", prevê o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Armando Monteiro Neto.

Fernando Excel, presidente da Economática, diz que uma das explicações para a queda na lucratividade das empresas no primeiro trimestre tem a ver também com uma desvalorização menos acentuada do dólar no período (-1,25%) ante o ocorrido no mesmo período em 2007 (-4,10%).

"As empresas têm dívidas em dólar. Sempre que a moeda cai, os lucros são turbinados. Nesse último trimestre, o impacto da queda foi menor", afirma.

Setores

Entre os setores que mais lucraram nos três primeiros meses do ano, a construção civil foi líder, seguida de perto pela área de produção de minerais não-metálicos, relacionada às commodities.

"O mundo continua surfando na onda dos preços das commodities, e o Brasil vai se aproveitando disso", afirma Excel.

Já na construção civil, a expectativa é bastante positiva para o resto de 2008.

"Os resultados têm vindo muito fortes e as decisões de investimento já foram tomadas. Não esperamos nenhuma redução de atividade", afirma Ana Maria Castelo, economista da FGV Projetos que assessora o Sinduscon-SP.

A expectativa é que o setor cresça 10% neste ano, agregando mais 200 mil empregos a um total atual de 1,95 milhão de empregos formais. FOLHA DE SP

Associação quer espiritualizar o Judiciário

A recém-criada Associação Jurídico-Espírita de SP defende, entre outros pontos, o uso de cartas psicografadas nos tribunais

Além de juízes, entidade reúne promotores, delegados e advogados; "o Estado é laico, mas as pessoas não", diz o promotor Tiago Essado

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO

DA REPORTAGEM LOCAL

Eles defendem um Judiciário mais sensível às questões humanitárias, dizem que a maior lei é a de Deus, vêm na condenação penal e na própria função uma missão de vida, defendem o uso de cartas psicografadas nos tribunais e estimulam, nas audiências, a fraternidade entre vítimas e criminosos. Discutir temas polêmicos, como o aborto, a eutanásia, o casamento gay, a pena de morte e as pesquisas de células-tronco, condenados pelas religiões cristãs, são alguns dos objetivos da recém-criada AJE (Associação Jurídico-Espírita) de São Paulo, que teve anteontem a primeira reunião deliberativa, e já existe no RS e no ES.

"O Estado é laico, mas as pessoas não. Não tem como dissociar e dizer: vou usar a minha fé só dentro do centro espírita", afirma o promotor Tiago Essado, um dos fundadores da AJE.

Embalada na esteira do crescimento da Abrame (Associação Brasileira de Magistrados Espíritas), que hoje reúne 700 juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores, e que aceita apenas togados como membros, a AJE surge com uma proposta de abranger todos os operadores do direito e já conta com 200 associados ou interessados, entre promotores, delegados de polícia e advogados, além de juízes.

Embora juristas não vejam ilegalidade no fato de juízes se reunirem em associações religiosas, a questão levanta discussões como:

- 1) o laicismo, princípio que prega o distanciamento do Estado da religião;
- 2) a contaminação de decisões por valores ou crenças de caráter religioso ou pessoal;
- 3) e o caráter científico do direito positivo, que deve se basear em verdades comprovadas, e não, como a religião, em verdades reveladas.

Além dos tribunais superiores (entre outros, o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cesar Asfor Rocha, é um dos integrantes da diretoria da Abrame), a convicção espírita permeou também o Conselho Nacional de Justiça, o órgão de controle externo do Judiciário.

"Não enxergaria nenhuma diferença entre uma declaração feita por mim ou por você e uma declaração mediúnicamente, que foi psicografada por alguém", diz Alexandre Azevedo, juiz-auxiliar da presidência do CNJ, designado pelo conselho para falar a respeito das associações.

A **Folha** levantou quatro decisões em que cartas psicografadas, supostamente atribuídas às vítimas do crime, foram usadas como provas para inocentar réus acusados de homicídio.

Segundo Zalmir Zimmermann, juiz federal aposentado e presidente da Abrame, o propósito da associação "é questionar os poderes constituídos para que o direito e a Justiça sofram mais de perto a influência de espiritualizar".

"O objetivo geral é a espiritualização e a humanização do direito e da Justiça", diz.

Para o juiz de direito Jaime Martins Filho, a escolha de sua profissão não foi uma casualidade e, por isso, a exerce como uma missão de vida.

"Não acredito em acaso, mas numa ordem que rege o universo, acredito em leis universais."

E ele explica "a finalidade religiosa da associação".

"Dentro da liberdade de religião, são os juízes aplicando princípios religiosos no seu dia-a-dia.

Temos um foco que é a magistratura, procurar trabalhar esses valores espirituais que estão relacionados com a própria religião dentro da magistratura", diz Martins Filho.

Permanência de crucifixo nos tribunais brasileiros já foi motivo de polêmica

DA REPORTAGEM LOCAL

Instalado na maioria dos tribunais, dos de primeira instância ao Supremo Tribunal Federal, o crucifixo, que simboliza os últimos momentos de Jesus na cruz, dividiu juízes em todo o país. Os defensores da idéia de que o adorno deveria ser retirado dos tribunais argumentavam que o

Estado brasileiro é laico e que a presença do crucifixo causaria constrangimento aos que não professam o catolicismo ou qualquer outra religião de fundamento cristão.

Já os que defendem a presença sustentavam que a ostentação do crucifixo está em consonância com a fé da grande maioria da população e que não há registro de usuário da Justiça que diga ter sido constrangido pela presença do símbolo religioso em uma sala de audiência.

Por fim, o Conselho Nacional de Justiça rejeitou o pedido de proibição de crucifixos nas dependências de tribunais. A maioria dos conselheiros disse que a tradição não fere a laicidade do Estado. O pedido de retirada havia sido feito em nome da ONG Brasil para Todos.

Juízes católicos

Além das associações de juízes espíritas, existe no Brasil outras associações de juristas católicos.

O objetivo da União Paulista de Juristas Católicos, segundo o grupo, é "estudar as questões jurídicas à luz de ensinamentos cristãos".

Fundada em 1994 por sugestão da "Union Internationale des Juristes Catholiques", de Roma, a União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro diz ter por finalidade "contribuir para a presença da ética católica na ciência jurídica e na atividade judiciária" brasileira.

Entre os diversos grupos de trabalho, estão os que condenam a pena de morte, a adoção por casais homossexuais, a eutanásia e defendem o ensino religioso. **(VQG) folha de sp**

Metroviários ameaçam greve a partir da semana que vem

DA FOLHA ONLINE

DA REPORTAGEM LOCAL

Os metroviários de São Paulo decidem amanhã, em assembléia, se farão greve a partir da próxima semana.

"Vamos analisar as propostas do Metrô, que devem ser entregues nesta segunda-feira [hoje], e decidir se aceitaremos ou não o acordo. Nenhuma forma de manifestação está excluída, inclusive a greve", disse o presidente do sindicato, Wagner Gomes.

A categoria reivindica reajuste de 4,5% nos salários e aumento de 10% na participação nos lucros da empresa.

Além disso, os metroviários querem a recontração dos funcionários demitidos na greve de agosto do ano passado. "Foram 60 companheiros demitidos injustamente na última greve", disse o presidente do sindicato.

O Metrô, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que está "aberto ao diálogo" e que as negociações com o sindicato têm "acontecido com tranquilidade". A empresa ainda não se posicionou quanto à possibilidade de greve, e aguarda os resultados das negociações.

Os motoristas e cobradores de ônibus fecharam acordo sexta-feira e cancelaram a greve marcada para hoje.

No ano passado, os metroviários entraram em greve três vezes. Uma delas em protesto contra uma emenda constitucional que proíbe auditores da Receita Federal de autuar pessoas jurídicas. O metrô transporta cerca de 3 milhões de pessoas por dia em São Paulo. **FOLHA DE SP**

Ford paga antecipação de PLR a 5 mil funcionários

SÃO PAULO - Cerca de 5.500 funcionários da Ford receberam, na sexta-feira, uma antecipação de R\$ 3.250 referente à primeira parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) deste ano. O pagamento abrange as fábricas de São Bernardo, na região do ABC, e Taubaté, no interior, informou a montadora.

A medida foi possível graças a um acordo fechado entre a empresa e os sindicatos dos metalúrgicos das duas regiões. A concessão de parte do benefício já se tornou tradição. A antecipação ocorre todos os anos, sempre no mês de maio.

A companhia desembolsou cerca de R\$ 17,8 milhões para fazer esse pagamento, segundo estimativas das entidades. Do total de beneficiados, cerca de 4 mil são da unidade de São Bernardo do Campo. Outros 1.500 empregados são de Taubaté.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (CUT), Isaac do Carmo, destacou que retomará as negociações para definir o valor total da PLR deste ano. Além da Ford, a Volkswagen concedeu, na quinta-feira, adiantamento de R\$ 3 mil a 17 mil empregados. O GLOBO

28 de maio de 2008: dia de luta pela redução da jornada

Por: Augusto César Petta*

O professor Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem enfatizado a importância da redução da jornada de trabalho. Faz uma proposta inovadora e ousada, de que até o final do século 21, a jornada deveria ser de 12 horas semanais, dividida em 3 dias de 4 horas, com a inserção do jovem no mercado de trabalho a partir de 25 anos de idade, considerando-se que a expectativa média de vida vai se aproximando dos 100 anos.

Fundamenta-se no fato de haver uma enorme concentração de renda nas mãos de um pequeno número de capitalistas que evitam a todo custo, distribuí-la para o conjunto da população.

Evidentemente, essa proposta vem acompanhada da necessidade de uma melhor distribuição de renda e de que os trabalhadores tenham maiores possibilidades de se envolverem em outras atividades e não somente no exercício direto de sua profissão.

A proposta do professor Pochmann causa-nos impacto. Será a mais adequada? Será viável? Mesmo com o avanço considerável das forças produtivas, as dificuldades são enormes, em função das atuais relações de produção se constituírem em sérios obstáculos ao desenvolvimento.

É difícil, para muitos, imaginar jornada de 12 horas, sobretudo nesse momento, de intensa precarização do trabalho. Constata-se historicamente, no entanto, que no século 18, com a Revolução Industrial, homens, mulheres e crianças eram submetidas a uma jornada de trabalho de 18 horas diárias, e que hoje, em muitos países, a jornada de trabalho é de 8 horas diárias chegando, por exemplo, na França à 35 horas semanais. Será que aqueles trabalhadores do início da Revolução Industrial previam que essa redução iria ocorrer?

Qual o fator decisivo para essa significativa redução? Ao lado do desenvolvimento das forças produtivas, destacam-se os trabalhadores que, em vários países e em vários momentos, ergueram a bandeira da redução da jornada e, através da organização e mobilização, conquistaram vitórias significativas. Vejamos alguns exemplos:

1. Estados Unidos

1857 - Greve e ocupação de uma fábrica de tecidos em Nova York por melhores salários e redução da jornada de 16 para 10 horas diárias - 130 operárias foram mortas. Esse episódio deu origem ao Dia Internacional da Mulher - 8 de março

1886 - Greve e Manifestações em Chicago por melhores salários e redução da jornada de 13 para 8 horas diárias - 6 trabalhadores mortos nas manifestações e 4 líderes operários julgados e enforcados. Esse episódio deu origem ao Dia Internacional do Trabalhador - 1º de maio.

Depois destas e de outras intensas lutas, o Congresso dos Estados Unidos, em 1890, aprovou a jornada de 8 horas semanais.

2. Brasil

No início do século 20, várias greves, inclusive a de 1917, tiveram como uma das bandeiras principais a redução da jornada de 10 a 12 horas para 8 horas diárias.

Após decretos que previam a redução de jornada, a Constituição Federal de 1934 determinou a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais.

No final dos anos 70, o movimento sindical retomou suas lutas, com o enfraquecimento da ditadura militar, incluindo-se as grandes greves no ABC paulista. A Constituição Federal de 1988 determinou a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais.

A partir dos anos 90, com o advento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e das novas técnicas gerenciais, o trabalho foi profundamente atingido, com a desregulamentação e a flexibilização dos direitos, com o aumento do desemprego, aumento de horas extras, "banco de horas", terceirização. Estima-se que o tempo de deslocamento do trabalhador é, em média, de duas horas diárias, que não são remuneradas.

Mesmo com essas condições adversas, o movimento sindical brasileiro mobiliza-se atualmente para dar continuidade a essa luta histórica pela redução da jornada sem redução de salário.

As centrais sindicais unificadamente, inclusive a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) priorizam a luta pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 393/01 dos atuais senadores Paulo Paim (PT/RS) e Inácio Arruda (PCdoB/CE), que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais.

Segundo o Dieese, a efetivação dessa redução permitirá a abertura de aproximadamente 2 milhões e 200 mil novos empregos, com carteira assinada. A conquista da redução para 40 horas semanais será um passo rumo à proposta de 12 horas semanais defendida pelo professor Pochmann. É o que se apresenta como viável nesse momento.

A redução da jornada contribuirá para que os trabalhadores tenham condições de exercer os direitos sociais e subjetivos referentes à educação, saúde, lazer, convivência familiar e social, cultura, esporte. Contribuirá, portanto, para que os trabalhadores se desenvolvam integralmente.

Não podemos perder essa oportunidade que se apresenta. As Centrais Sindicais, mesmo não realizando atos unitários em todo o país no dia 1º de maio, colocaram como unitária a prioridade da luta pela redução da jornada. Essa bandeira recebeu apoio do Presidente da República e do Ministro do Trabalho, além de outras personalidades do executivo e do legislativo.

Como a história nos mostra, só obteremos essa vitória se intensificarmos a organização e a mobilização dos trabalhadores. Por isso, devemos continuar coletando as assinaturas de apoio ao Projeto de Emenda Constitucional que estabelece a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

E devemos trabalhar para o sucesso do Dia Nacional de Luta e Paralisações - 28 de maio de 2008 - que além de incluir como bandeira fundamental a redução da jornada, inclui a luta pela ratificação das Convenções 158 da OIT, que impede demissão imotivada, e 151 que trata das negociações no setor público.

() Diretor do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, entidade filiada ao Diap SITE DO DIAP*

Cartel de seis transnacionais controlam o mercado de alimentos no mundo

“O que está em pauta não é a escassez, mas, sim, a dificuldade de acesso da população pobre à produção de alimentos por falta de renda”, constata **Antônio Thomaz Jr.**, geógrafo, da UNESP, em entrevista concedida à revista **IHU On-Line** desta semana.

Segundo ele, “se afinássemos nossas atenções para a cadeia alimentícia, notaríamos a existência de cartéis controlados por umas 10 empresas transnacionais, que estão aliadas formal ou informalmente a umas 40 empresas de tamanho médio, que compõem o cartel das seis transnacionais de grãos: **Cargill, Continental CGC, Archer Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus, André y Bunge and Born**. Dominam praticamente os principais cereais/grãos (milho, trigo, soja, cevada etc.), passando para as carnes, os lácteos, óleos, vegetais, o açúcar e as frutas, mas também se ramificam por meio de outras empresas e holdings para o setor de agrocombustíveis/biocombustíveis”.

O geógrafo afirma que “em qualquer outra parte do planeta, a expansão dos agrocombustíveis anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos”.

E exemplifica:

“No Brasil, os estragos são evidentes, apesar de mascarados pelo próprio presidente da República, como os efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Nossos estudos estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis estão sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque, não só em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito, tais como **Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná**, o que denominamos de quadrilátero do agronegócio no Brasil. Os efeitos podem ser sentidos na retração das áreas de produção de alimentos, a começar pelo feijão, pelo arroz e pela produção de leite, o que se não se constata também para o Pontal do Paranapanema, exceto para o feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços”.

“Penso que somente pela via da Reforma Agrária – reitera o professor da UNESP - substanciada sob os referenciais da Soberania Alimentar, podemos vislumbrar conquistas emancipatórias para os excluídos.” INSTITUTO HUMANITAS

Mulheres atuam 18 h em casa por semana; os homens, 5 h

Mulheres com jornada semanal de 40 horas ou mais no mercado de trabalho trabalham quase três vezes mais em serviços domésticos do que homens que cumprem a mesma jornada de trabalho. Enquanto eles trabalham, em média, 5 horas semanais fazendo serviços em casa, elas dedicam 18 horas por semana às mesmas tarefas. A reportagem é de Cláudia Rolli e publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 17-05-2008.

O resultado é apontado por estudo do **Ibmec São Paulo** para avaliar as desigualdades entre homens e mulheres quanto à participação no trabalho dentro e fora casa.

O levantamento foi feito a partir de dados da **Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)** de 2006, do IBGE, e levou em conta informações de 206,5 mil pessoas com renda familiar média de R\$ 1.634. A idade média dos chefes de família e seus parceiros é de 46 e 41 anos, respectivamente.

Entre os homens, 85,06% têm jornada de 40 horas ou mais por semana. Na média eles, dedicam 5 horas semanais ao serviço doméstico.

O percentual de mulheres que cumprem horário de 40 horas ou mais no trabalho é menor: 56,29%. Entretanto, elas dispõem 18 horas semanais para as tarefas domésticas.

"Comparando mulheres e homens, casados ou não, a diferença persiste. A mulher trabalha em casa, no mínimo, o dobro do que o homem. Dependendo da jornada no mercado de trabalho, essa diferença chega a três ou até quatro vezes", diz **Regina Madalozzo**, pesquisadora do **Ibmec** e uma das autoras do estudo.

Renda, educação e idade são três fatores que explicam, segundo ela, as desigualdades entre homens e mulheres ao cumprir jornada em casa.

"Quanto maior é a participação da mulher na renda da família, menos horas ela dedica ao trabalho doméstico. Ela tem mais poder para negociar as horas trabalhadas em casa. Se ganha mais, tem mais voz ativa", afirma a pesquisadora.

Prova disso, segundo diz, é que uma das variáveis do estudo mostra que, para cada ponto percentual que a mulher aumenta sua participação na renda da família, diminui em cerca de 8 horas o trabalho doméstico que ela executa por semana.

No caso dos homens, também há redução, mas a variação é menor. A diminuição é de duas horas semanais para cada ponto percentual em que ele aumenta a renda em relação à familiar. "O que isso

mostra é que trabalhar em casa não é somente uma questão cultural e social, mas também existe o aspecto econômico", diz.

No Sul do país, segundo com o estudo, os homens dedicam mais tempo aos serviços domésticos do que nas demais regiões. "Ele trabalha em casa uma hora a mais do que um homem da região Sudeste. Esse tempo chega a quase duas horas se comparado ao dispensado por um homem do Centro-Oeste ao trabalho doméstico." Nesse caso, segundo ela, o que pode explicar essa maior participação é a questão cultural. "A região tem peculiaridades em relação a colonização e costumes. No Sul, os homens têm o hábito de cozinhar mais."

A redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, reivindicada pela centrais sindicais, não deve ter impacto, segundo diz, nas desigualdades das jornada de homens e mulheres. "Com o tempo, a tendência é que os homens façam mais horas extras para incrementar a renda e diminuam ainda mais o pouco tempo que dedicam ao trabalho doméstico." INSTITUTO HUMANITAS

MPs reajustam salários de 800 mil servidores

A Medida Provisória 431/08 reajusta salários de militares das três Forças e de integrantes de 16 carreiras e categorias do funcionalismo público federal, num total quase 800 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas. O impacto financeiro previsto para 2008 é de cerca de R\$ 3,5 bilhões. A MP 430/08 abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para o pagamento dos reajustes e dos novos cargos criados pela MP 431.

São beneficiados servidores dos ministérios da Cultura; dos cargos técnico-administrativos da Educação; do magistério superior; da Polícia Federal; da Reforma e Desenvolvimento Agrário; da Previdência; da Saúde; do Trabalho; e da Agricultura. Também são reajustados os salários dos agentes de combate às endemias; da Polícia Rodoviária Federal; do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (GDASUS); do Hospital das Forças Armadas; do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico; do ensino básico federal; e das Forças Armadas.

Reestruturação de cargos

Os recursos previstos na MP 430 ficarão à disposição do Ministério do Planejamento, que os distribuirá para os órgãos da administração responsáveis pelo pagamento do salário dos servidores. Já a MP 431 cria uma nova rubrica do Orçamento (chamada Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações) com a finalidade de financiar os reajustes em 2008. Segundo o ministério, os recursos vieram de superávit financeiro do Balanço Patrimonial da União em 2007, que são recursos gerais não gastos no ano anterior.

A implementação das novas tabelas salariais será feita em etapas, a primeira ocorrendo já em 2008, com efeitos financeiros que variam conforme os termos dos acordos assinados pelas categorias, alguns retroativos a março deste ano. As etapas seguintes ocorrerão em 2009 e 2010, quando entrarão em vigor novas tabelas salariais, baseadas em avaliação de desempenho do servidor e no cumprimento de metas institucionais.

Avaliação de desempenho

A MP 431 altera ainda a estrutura remuneratória de grande parte das categorias, por meio de mudanças no Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90). Todos os complementos que hoje fazem parte regular do contracheque do servidor desaparecerão e a remuneração passará a ser composta apenas pelo vencimento básico e pela gratificação de desempenho atribuída a cada carreira ou categoria. A nova estrutura remuneratória estará diretamente ligada ao desempenho individual do servidor e à obtenção de resultados gerenciais pelos órgãos públicos. Para isso, serão criadas comissões de avaliação de recursos em cada órgão da administração, formadas por representantes da administração e por membros indicados pelos servidores.

O primeiro ciclo da avaliação de desempenho terá início em janeiro de 2009. Até lá, os órgãos e

entidades da administração pública federal terão de fixar suas metas de desempenho institucional, observados os critérios estabelecidos pela MP. Agência câmara

Estado está ausente em região que desmata

Yan Boechat

O paranaense Ismael Osório Meira já derrubou árvores em toda sorte de lugares em Rondônia: reservas estaduais de mata nativa, reservas federais, áreas indígenas, propriedades de pequenos e grandes agricultores, áreas de extração legalizadas pelos órgãos ambientais. Para ele, nunca fez muita diferença de onde tirava a madeira. "Mata é mata, é tudo igual", gosta de repetir. Nunca lhe pediram - e ele nunca deu - qualquer tipo de documento das árvores que pôs abaixo. Toras entregues, dinheiro no bolso, simples assim.

Nos últimos 14 anos ele tem se embrenhado nos restos da floresta amazônica que ainda existem no Norte de Rondônia em busca das árvores que se tornaram a madeira cobiçada pelos consumidores da Europa e, principalmente, do Sul e Sudeste do Brasil. A experiência de mais de uma década percorrendo as ilhas de mata fechada quase na divisa com o Estado do Amazonas lhe ensinou a identificar com facilidade o que é um ipê, um jequitibá-rosa ou um tauari, algumas das espécies que conseguem os melhores preços nos grandes centros consumidores.

A bordo de um antigo trator equipado na dianteira com uma grande pá, Ismael passou esses anos todos abrindo pequenas "estradas" em meio à floresta até chegar onde estava a árvore que pretendia derrubar. Após transformada em toras de até cinco metros de comprimento, a árvore é puxada pelo mesmo trator até a beira da estrada, onde um caminhão aguarda para fazer o transporte à serraria que está pagando melhor pelo metro cúbico no momento.

Ismael mora em uma casa de madeira bastante simples, à margem da esburacada estrada de terra que liga os municípios de Cujubim e Machadinho do Oeste, responsáveis por quase 50% dos mais de 1 milhão de m³ de madeira extraídos em Rondônia em 2006. Essa região, que faz divisa com o Amazonas, é considerada uma das 36 áreas que mais desmataram a floresta amazônica no último ano, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe.

Por conta disso, há mais ou menos dois meses o governo federal enviou para lá homens da Força Nacional, policiais federais e agentes do Ibama, sob a Operação Arco de Fogo, a fim de estancar o que a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva classificou como a sangria desatada. Ismael, que sempre soube que muitas das árvores não podiam, legalmente, sair de onde estavam, foi indiciado por crimes ambientais. Para ele, isso nem foi o pior. Ruim mesmo foi perder o trator e o caminhão. Sem eles não há como puxar tora, diz. E sem tora não há dinheiro.

Para o governo, ambientalistas, ONGs, Ibama, Ministério Público Federal e para as leis ambientais brasileiras Ismael Meira é um criminoso. Ele mesmo sabe disso. Mas para sua companheira de mais de 25 anos, Salete Fiametti e para o filho Cristiano, é um herói. "São pessoas como ele que construíram esse Estado trabalhando duro, indo para esse mato de dia, de noite, na chuva para ganhar a vida", diz ela olhando com admiração para o marido, que mantém o olhar baixo e ensaia um sorriso quase melancólico. Inegavelmente, Ismael não vive um dos melhores momentos de sua vida. Aos 47 anos de idade, 20 deles em Rondônia, ele não sabe muito o que fazer agora sem seus instrumentos de trabalho. "Não há mais nada para fazer aqui, esse é meu trabalho e preciso esperar a poeira baixar, arrumar outro trator e voltar pra lida, não tem jeito", diz, com o olhar insistentemente voltado para o copo de café fumegante que Salete acabou de passar.

Para as cerca de 50 mil pessoas que vivem em Machadinho e Cujubim, Ismael não é nem criminoso nem herói. É apenas um dos muitos elos de uma cadeia produtiva que responde por quase 100% da economia local e se estende até as casas das famílias de classe média alta de cidades como Rio, São Paulo ou Frankfurt. Assim como ele, de uma forma ou de outra, quase 10% das cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem em Rondônia dependem diretamente da madeira. Se pessoas como Ismael

não trabalham, quase ninguém trabalha em Cujubim, Machadinho ou outras tantas cidades que têm sua produção econômica baseada quase que exclusivamente na madeira.

Profissionais como Ismael, conhecidos por "toreiros", existem às dezenas nessas duas cidades que se tornaram o alvo da Operação Arco de Fogo, em Rondônia. Quase todos têm perfil muito semelhante. Migrantes, principalmente do Sul e do Sudeste do país, que foram para o Estado por conta das campanhas de colonização do governo federal nas décadas de 70 e 80. Chegaram com a obrigação de colocar abaixo 50% da floresta para começar a produzir nos lotes de 100 hectares que recebiam do Incra na época e, só então, ter o título provisório da área. Muita gente nem se preocupou com a madeira que tinha em suas terras. A lógica era colocar fogo na mata e começar a plantar o mais rápido possível.

No início da década de 80, famílias de madeireiros do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina passaram a seguir os rumos dos pequenos agricultores, expulsos por uma produção agrícola cada vez mais mecanizada. Também apoiados pelo governo federal, foram para Rondônia, onde a matéria-prima cada vez mais escassa no Sul era abundante.

A família de Nereu Mezzomo fez esse caminho no final da década de 70. Saíram da catarinense Abelardo Luz e foram parar em Ariquemes, hoje o maior pólo madeireiro de Rondônia. "Meu Deus, como havia madeira aqui", diz Nereu, que responde alguns processos por crime ambiental, assim como quase todos os madeireiros de Rondônia. "Me lembro do pessoal colocar fogo em mogno porque a madeira estava manchada, se jogou muito dinheiro fora", lembra ele, que hoje é dono de uma das maiores madeireiras de Ariquemes.

Por quase uma década, famílias como a Mezzomo controlaram a economia de Rondônia, fortemente baseada na extração da madeira. Em 1989, menos de 20 anos atrás, 60% da produção industrial do Estado estava ligada diretamente à madeira. O número de serrarias cresceu de forma vertiginosa em menos de 30 anos. Enquanto em 1953 havia apenas quatro delas no então território do Guaporé, nos anos 80 já eram mais de mil.

Essa expansão contou com a bênção do governo federal, principalmente no fim dos anos 70 e início dos anos 80, por meio de financiamentos, doações de terra e subsídios. "A estratégia dos militares com a campanha 'Integrar para Não Entregar' criou um processo de colonização muito semelhante ao que os portugueses fizeram no Brasil nos séculos XVII e XVIII", diz Osvaldo Pittaluga, superintendente do Ibama em Rondônia.

"A lógica aqui era extrair o máximo possível e ampliar as fronteiras produtivas", diz ele, um gaúcho que se diz meio Inter meio Grêmio e ocupa uma posição política delicada. Ao mesmo tempo em que é funcionário de carreira da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado, órgão duramente criticado pelo Ministério Público Federal e organizações ambientais, ocupa a superintendência do Ibama por indicação partidária.

O resultado dessa política de ocupação teve efeitos rápidos. Entre 1983 e 1985, a área desmatada saltou de 5,7% para 11,4% da área total do Estado. Dez anos depois, em 1996, ela já chegava a 22,5% da área total. Hoje, de acordo com dados do próprio Estado, a área desmatada já atinge mais de 31% da área total de Rondônia. Nenhum Estado na região amazônica destruiu a floresta com tanta intensidade e tão rapidamente.

Se depender de Delano Rosevelt Nantes, um agricultor de Cujubim, isso vai continuar. Dono de um lote de 22 hectares nesse município que vive exclusivamente da madeira, Delano era um dos participantes mais exaltados na reunião em que representantes do Ibama e da Polícia Federal diziam o que os soldados armados com fuzis e metralhadoras da Operação Arco de Fogo estavam fazendo de fato ali.

O encontro aconteceu no mesmo dia em que o Brasil recebia o grau de investimento pela agência Standard & Poor's. Em uma sala quente, abafada, em que o odor exalado pelos corpos suados era quase palpável, representantes do governo federal tentavam explicar as leis ambientais vigentes no país. Mais, tentavam convencer dezenas de homens e mulheres de que tudo o que vinham fazendo há duas décadas estava errado.

No turbilhão de comentários desencontrados, Delano pediu a palavra e fez uma pergunta quase inocente, quase sarcástica: "O doutor pode explicar como vamos viver da terra com as árvores em

pé?". Não teve resposta. E sem resposta os agricultores chegaram a uma conclusão unânime e fatídica: "Se não puder mais tirar madeira Cujubim vai desaparecer do mapa", repetiam, um a um, aqueles que volta e meia buscavam um pouco de ar fresco sob o sol amazônico no quintal da casa que abriga a Câmara Municipal de Cujubim.

Tirando as 13 mil pessoas que vivem ali, segundo o IBGE, provavelmente pouca gente ia se dar conta se Cujubim realmente deixasse de existir. Distante quase 100 quilômetros da estrada asfaltada mais próxima, Cujubim é quase um estereótipo das profundezas do Brasil. Tem apenas uma rua calçada e meia dúzia de outras que se transformam em lamaçal quase intransponível na época de chuvas, entre setembro e março. São quatro escolas pequenas, um posto de saúde, uma dúzia de bares e cerca de 30 serrarias. Luz só por geradores. Localizada na última fronteira do desmatamento em Rondônia, já quase no Amazonas, Cujubim é uma cidade esquecida pelo Estado. O único representante do governo federal na cidade é uma franquía dos Correios, que não tem carteiros no quadro de funcionários.

Apesar das armas, das ameaças e das promessas de que agora haverá, de fato, fiscalização por ali, Delano e a maior parte dos agricultores que participaram da reunião parecem não ter se intimidado muito. Os efeitos dos primeiros dias da operação, quando a economia da cidade praticamente parou por conta da dura fiscalização, só reforçaram a determinação dos moradores de Cujubim. Como Delano, quase todos plantam café, feijão, milho e mandioca. A terra não é das melhores e não há quase nenhuma assistência técnica.

Mas a maior dificuldade mesmo é a completa falta de financiamento agrícola. Como o Incra nunca concluiu a regularização fundiária dos assentados em Rondônia, quase ninguém tem a escritura final de suas terras. E, sem ela, não há como acessar os programas de financiamento da União, como o Pronaf. A estimativa é que apenas 2% dos pequenos agricultores da região de Machadinho e Cujubim tenham a escritura definitiva dos lotes.

Sem financiamento, com terras pouco produtivas e quase nenhuma tecnologia, poucos são os agricultores que sobrevivem de suas lavouras. A saída, como vem sendo há muitos anos, é a madeira. Seja trabalhando nas muitas serrarias da cidade, seja atuando como "toreiros" ou mesmo retirando as árvores mais valiosas das áreas de reserva de suas propriedades.

Quando a coisa aperta, Delano faz isso. Contata um dos "toreiros" que conhece, informa a árvore que tem, negocia o preço e a vende. Tudo sem nota, sem autorização ambiental ou fiscalização. O "toreiro" então leva as toras à serraria e a revende por cerca de R\$ 200 o metro cúbico. Uma árvore de Ipê, por exemplo, tem em média de cinco a seis metros cúbicos e cada metro cúbico é vendido aos distribuidores do Sudeste ou do exterior por cerca de US\$ 900.

Para legalizar a madeira, muitas serrarias se utilizam de um complexo sistema de guias florestais autênticas, geradas de forma ilegal. Com as guias em mão e depois de serrada, a árvore, retirada de uma propriedade como a de Delano ou de reservas, se torna legal. "Depois que corta não tem mais como saber de onde veio, madeira não tem código de barras", diz um atravessador de madeira de Votuporanga (SP), que garante se chamar João Belini.

Todas as serrarias de Rondônia afirmam que só extraem madeira de áreas autorizadas pelo órgão ambiental estadual por meio dos chamados planos de manejo. Mas todas também admitem que há extração ilegal. Pelos cálculos do vice-presidente do Sindicato dos Madeireiros de Ariquemes, João Daniel Kalsing, o mais forte do Estado, cerca de 50% da madeira extraída na região é ilegal. O Ministério Público Federal acredita que só 40% é legalizada. Já o Ibama prefere não fazer uma estimativa. Somente o secretário de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Cleto Muniz de Brito é enfático sobre o volume de madeira ilegal que é extraída em Rondônia: "Nós podemos garantir com a maior segurança que nem um metro cúbico de madeira ilegal sai do Estado".

Ismael, Delano e tantos outros pequenos agricultores ou simples trabalhadores da indústria madeireira não parecem preocupados com as estatísticas. O objetivo deles é simples e direto: sobreviver da melhor maneira possível. Sem alternativas econômicas viáveis, é difícil acreditar que, após a saída das forças de repressão do governo federal, eles vão deixar de buscar na floresta a renda que não vem da agricultura nem da fraca economia monotemática .

Por mais assustadora que possa parecer para qualquer pessoa com um mínimo de consciência ambiental, a teoria de Amóz Martins, madeireiro de Ariquemes, talvez traduza da melhor forma o sentimento de boa parte da população dessas cidades esquecidas no meio da Amazônia brasileira: "Agora estão querendo fazer com a árvore o que os indianos fazem com as vacas, torná-las sagradas. Mas eles a gente até entende, porque vaca dá leite e pode virar um belo churrasco. Mas árvore? O que a gente vai fazer com árvore em pé?". VALOR ECONOMICO.